



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

POR UMA HERMENÊUTICA DOS DISCURSOS NAS POLÍTICAS CURRICULARES

Sandra Suely de Oliveira Souza*
(UESB)

RESUMO

Este artigo é fruto do projeto de pesquisa de doutorado e o tema currículo está fortemente vinculado a minha *experiência formativa*. O texto está dividido em três partes. A primeira apresenta uma breve introdução para justificar a intenção da pesquisa, o problema e as questões norteadoras objetivantes do estudo. A segunda parte apresenta as principais discussões teóricas acerca das políticas curriculares e a terceira compõe o referencial teórico-metodológico da pesquisa que subsidiará a análise do corpus empírico podendo ser flexibilizado durante a trajetória a partir de (re)construções teóricas, de adequações a realidade pesquisada e de novos olhares lançados à construção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas curriculares. Interpretação. Discurso.

INTRODUÇÃO

As transformações no âmbito global têm indicado novas e complexas exigências para a educação. Dentre essas principais transformações verificadas nos últimos anos destacam os intensos processos de mudança econômica, social, política, cultural e ideológica, gerados e impulsionados pelo fenômeno da globalização que se caracteriza por avanços macroeconômicos e ação protagonista de atores internacionais, além das conquistas tecnológicas em geral.

*Mestre em Educação. Professora Assistente do Departamento de Filosofia e ciências Humanas – DFCH, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutoranda pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) no programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (FACED), vinculada a linha de pesquisa Currículo e (in)formação, tendo com orientadora a professora Dra. Maria Roseli Sá. E-mail: sandraso.s@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Paradoxalmente, esses avanços estão acompanhados pelo aumento das populações socialmente excluídas e da pobreza extrema, o que significa, cada vez mais, em precárias condições de moradia, saúde, educação e emprego. A exclusão está presente em várias formas de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, como fenômeno de privação coletiva incluindo pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade aos benefícios econômicos, políticos, sociais e culturais, ou seja, vivemos para ver a exacerbação do *refugo humano* (BAUMAN, 2004), fruto da discrepância na distribuição de renda fortalecida pelas desigualdades sociais.

Assim, implicada nesse contexto tão conturbado, não posso deixar de explicitar preocupação e angústia por não saber onde tudo isso vai parar, e nesse pensar alto, me dou conta da responsabilidade, do meu compromisso humano/profissional, e o lugar mais oportuno exercitar esse compromisso, é na universidade, lugar onde dialogo com meus pares e onde me constituo como Ser no/com o mundo e onde transformo e sou transformada a partir de uma práxis humana.

Nesse sentido, os cursos de formação docente precisam urgentemente sair da hipnose coletiva, para fomentar nos discentes durante a formação, situações pedagógicas que os possibilite construir dispositivos internos com atitude para o enfrentamento lúcido na tomada de decisão no cotidiano de suas práticas pedagógicas com intervenções críticas e reflexivas. É necessário ampliar o poder criativo e perceptivo para uma leitura lúcida dos micro e macrocontextos, e, para tanto, cabe primeiro livrar-se das ataduras da inércia como via para enfrentar situações onde exige cada vez mais posicionamento crítico no ato pedagógico em uma sociedade descrita por Bauman (2005), como sociedade “fluída” de acontecimentos muitas vezes incertos e inesperados. Por isso fico a perguntar se o curso de Pedagogia que temos, dá conta de preparar pedagogos para atuarem nesse cenário descrito a partir dos dispositivos internos descritos?



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Nessa trama onde se propaga o discurso da “falência” da política, é preciso considerar que não basta aceitar do Estado a mera expansão do sistema escolar com avanços quantitativos no atendimento à escolarização da população, mas sua transformação qualitativa, bem como a reafirmação do compromisso estatal com a educação, enquanto política social global e não como demanda setorial. Qualidade entendida aqui por uma educação que possibilite o sujeito ser capaz tanto de viver dignamente em seu cotidiano, como também, participar ativamente na transformação dessa sociedade que se rende (ou se vende?) ao discurso da quantidade. Corazza (2010) ajuda-me a pensar sobre essa sociedade contraditória e “fluída”, quando de forma muito indignada levanta um questionamento para situar o currículo nesse contexto:

Nestes espaços de neo-arcaísmos (família universal; juventude eterna; saúde puritana; lei seca do álcool e drogas molhadas; corrupção rotineira; direitos humanos estupefatos; esporte analfabeto bilionário; tirania disfarçada de pregação; etc.), ainda impregnados pelas dicotomias Indivíduo/Estado, Homem/Mulher, Inclusão/Exclusão, o pensamento curricular nos orienta no tecido fibroso dessa realidade e nos faz transbordar dessas dicotomias, ao introduzir, entre elas, insuspeitas dobras e lutas variadas? (p. 150).

Considero a pertinência desse questionamento provocativo levantado pela autora, para pensar o currículo com desconfiança quanto aos castelos de verdades instituídas, para ir além do que está dito, ousar transgredir e confrontar os abismos como possibilidade de recriação. Nem sempre fazer isso é uma tarefa fácil porque explorar o currículo suscita adentrar em terreno espinhoso, pois instiga sempre pensar, repensar e resignificar estruturas muitas vezes fixadas em uma temporalidade e lugar dito seguro. Compete ao pensamento curricular desconstruir, criar, recriar, gestar e germinar novas ideias para um currículo que acompanhe as transformações e emergências da sociedade.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Ao propor uma pesquisa orientada para o campo do currículo, tenho claro que amplos estudos já foram realizados e estes têm mobilizado decisões para o alcance de mudanças significativas nos mais variados contextos escolares. De qualquer maneira, a discussão não se esgota, pois sei o quão é fecundo dialogar com os autores com rica experiência por meio de valiosas produções acadêmicas acerca desse tema, e que poderão subsidiar com profícuas interlocuções o meu estudo.

O trabalho que proponho, suscita uma possível aventura epistemológica pelos meandros da hermenêutica de reformulação curricular para o curso no campus de Jequié. Proponho uma investigação que oportuniza desvelar a dinâmica das políticas curriculares e sua influência entre os contextos macro e micro (Estado e processos micropolíticos). Nesse sentido, as ciências sociais, dialogando particularmente com a produção de Stephen Ball (1998), tem relevante para a análise de uma política pública, compreendida pelo teórico como um ciclo contínuo incluindo a dimensão micro e macro da política. Este teórico tem muito a contribuir no estudo que proponho, quando discuto o ciclo de influência e o ciclo de produção de texto no processo político de reformulação curricular.

Concordando com Lopes (2008), entendo o currículo como produção cultural e, portanto, social e histórica, ao tempo em que considero a política curricular como espaço público de decisão, sendo o conflito inerente à decisão que se gesta pela trama da linguagem e esta não é neutra, assim como não existe currículo neutro, posto que este nasce de um campo discursivo específico, nas tramas complexas dos processos políticos no âmbito educacional (BERTICELLI, 2010).

Para Goodson (2008), o currículo é desenvolvido a partir da crença de que podemos imparcialmente definir os principais ingredientes do desenvolvimento do estudo com sequências de forma sistemática. Para o referido autor: “O currículo como prescrição sustenta místicas importantes sobre estado, escolarização e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sociedade. Mas especificamente ele sustenta a mística de que a escolarização e o controle são inerentes ao governo central, às burocracias educacionais e à comunidade universitária.” (p. 242). O autor levanta uma crítica sobre a prescrição como marca da transmissão da cultura, garantindo as seleções, explícitas ou ocultas, ao marcar o que deve ser aprendido ou ensinado.

Com base nessas argumentações, os embates políticos no campo do currículo, estão vinculados as nossas crenças sobre o que pensamos e concebemos como um bom currículo. Priorizar este ou aquele componente curricular traduz as nossas matrizes filosóficas, epistemológicas, valores, crenças, etc. Também é perfeitamente possível visualizar que se vincula a nossa ideologia, nosso modo de conceber a cultura e como convivemos com o poder.

Portanto, a tessitura de um currículo, nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimento, mas o resultado da seleção de alguém, da visão de um grupo acerca do que seja conhecimento legítimo e o processo não acontece de forma tranquila, mas como produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas (APPLE, 2011). Assim, o currículo é gestado numa trama tecida pelas subjetividades de múltiplas vozes, numa rede “lida” como textos intersubjetivos.

Considero pertinente para compreender os embates, negociações e consensos provisórios construídos no processo de articulação discursiva do processo de reformulação curricular, uma pesquisa orientada pela hermenêutica como método de investigação, com vistas a buscar compreender essa complexa trama política. Segundo Sá (2004), compreender é sempre interpretar e, por conseguinte, a interpretação é a forma explícita da compreensão. Uma vez que para compreender cabe a interpretação, proponho fazer uma hermenêutica a partir dos textos (documentos oficiais e discursos) produzidos durante o processo de reformulação curricular do Curso de Pedagogia do campus de Jequié da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, de 2003, até a materialização do texto final, em 2012.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A problemática estabelecida decorre de minhas dúvidas e questionamentos. Inquieta-me a ideia de currículo idealizado muitas vezes de forma aligeirada, com retoques superficiais, contendo disciplinas desarticuladas e com predominância ao caráter prescritivo e normativo. Outra inquietação decorre por perceber muitas vezes, a descontinuidade dos debates dentro da universidade onde trabalho, a falta de vigor, de mais aventura pensante no sentido de causar na comunidade acadêmica, incômodo quanto ao instituído e partir para novo horizonte sustentado nos diálogos tecidos no coletivo vigoroso, com proposições inventivas entre os sujeitos implicados e autorizados a repensar e refazer o caminho, com vistas a possibilitar ruptura com uma concepção de currículo esvaziado de sentido.

Considerando que a política remete a um conjunto de decisões tomadas em terreno marcado por contradições, opacidades, disputas produtoras de subjetividades e sentidos, proponho uma pesquisa orientada pela hermenêutica, com vistas a compreender a complexa trama política ocorrida no seio da comissão instituída para conduzir o processo de reformulação curricular do curso de Pedagogia de Jequié do período de 2003 a 2012. Para levar a cabo a pesquisa, cheguei então às seguintes questões norteadoras do estudo: Como foram articulados os discursos políticos entre os membros da comissão que participou da reforma curricular do curso de Pedagogia da UESB no campus de Jequié? Na produção de textos das políticas de reforma curricular, como a comissão representante negociou suas produções com os sujeitos representados (professores e discentes do curso de Pedagogia)? Como os textos oficiais foram reinterpretados pela comissão, no processo de produção de textos da nova proposta curricular do curso de Pedagogia?

Em face aos questionamentos suscitados, objetivo compreender o processo de negociação e articulação em torno das políticas curriculares, produzidas pela comissão que protagonizou a arena de reforma curricular do curso de Pedagogia da UESB em Jequié. Portanto, vejo com muita pertinência explorar, especialmente



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

neste trabalho, a dinâmica política empreendida pelos discursos políticos no campo do currículo, precisamente, no desenho curricular de um curso de licenciatura, porque daí pode-se ter uma visão mais amplificada de como advém o desdobramento dos debates, articulações e decisões, até a materialização de uma proposta que incidirá na natureza de um curso, que por sua vez, definirá a formação profissional dos sujeitos.

Por tudo isso, a problemática sugerida para este estudo, leva-me a fazer uma aventura intelectual com apoio da *multirreferencialidade*⁶¹⁶, onde proponho uma hermenêutica fenomenológica/social ao transitar pelos meandros dos discursos políticos arrolados pelos membros da comissão instituída para representar a comunidade acadêmica do curso de Pedagogia, no processo de reforma curricular do curso. Para este empreendimento, tomo como relevo a complexidade das linguagens imbricadas na produção de textos e discursos entre os sujeitos, considerando uma hibridização de crenças, de opiniões, de normas, de interditos e desejos, decorrentes de valores pessoais e culturais destes.

Com o ânimo de adentrar por tal seara, vislumbro um conjunto de variáveis emergindo no objeto, seja por ambivalências, opacidades e/ou preferências teóricas, que de certa forma, apontam para os discursos com significações que dão sentidos ao processo de negociação política entre os sujeitos implicados. Assim, o olhar para essa realidade tão complexa, demandará investir numa epistemologia *multirreferencial*, objetivando não o alcance de explicações ou mesmo de encarnar atitude pretensiosa de encontrar respostas conclusivas e/ou compulsivas no estudo.

Assim, desenvolver uma pesquisa pensada pela perspectiva *multirreferencial*, afirma Ardoino (1998), renuncia a visão simplista do conhecimento e reconhece a necessidade do pensamento ao mesmo tempo

⁶¹⁶ Perspectiva que permite a possibilidade de trabalhar com uma multiplicidade de referências, o grupo de Paris VIII, segundo Barbier (1992a), "animado por J. Ardoino e G. Berger", advoga denominar de multirreferencialidade (FRÓES, 1998). (grifos da autora).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

complexo, compreensivo, hermenêutico e interrogativo sem pretensão de explicar, de maneira que possibilite ampliar a inteligibilidade do objeto a partir dos diferentes pontos de vista.

Sá (2004), em sua tese ao propor uma hermenêutica fenomenológica acerca do currículo do Curso de Pedagogia da UFBA, dialoga com as ideias de Ardoino e destaca em uma passagem do seu texto que: “A multirreferencialidade, mais uma epistemologia que propriamente um método, coloca-se como um estatuto de análise diverso do cartesiano, por considerar a complexidade da realidade e o complexo como processo e não, como objeto estático” (p.129).

Como Sá, encaminho minha proposta ciente da necessidade de olhar o objeto da pesquisa desapegada do convencionalismo de caráter explicativo para situar-me numa epistemologia da compreensão, advinda de uma base de ciência molar, plural e dialogante com a fenomenologia e a hermenêutica. Sendo assim, a *multirreferencialidade* cunhada por Ardoino, poderá ajudar-me a tecer os fios da complexa rede discursiva das políticas curriculares, mediante a convocação de referenciais, ciente que transitam por paradigmas diferentes, mas cuidando para não forçar uma aproximação entre os mesmos, apenas os requisitarei com a finalidade de explorar alguns conceitos complementares que por uma única via não será suficiente para o aprofundamento e a compreensão do fenômeno a ser investigado. Nesse sentido, Ardoino (2012) esclarece que:

A análise multirreferencial das situações, das práticas, dos fenômenos e dos “fatos” educativos propõe-se explicitamente a uma leitura plural de tais objetos, sob diferentes ângulos e em função de sistemas de referências distintos, não supostos redutíveis uns aos outros, eventualmente reconhecidos mutuamente heterogêneos. Muito mais que uma posição metodológica, é uma posição epistemológica (p. 87)



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Acrescento ainda que, ao assumir essa postura paradigmática crítica, suscita do pesquisador, saber considerar noções *de articulação, de alteração de entrosamento, de balizamento, de distinção*. Portanto, conhecer e registrar os acontecimentos oriundos dos discursos configurados pela trama tensiva e extensiva entre os atores da comissão para a reformulação do currículo de Pedagogia desde 2003 - quando as discussões se ampliaram e se consolidaram numa comissão instituída pela UESB - até a proposta final em 2012, é uma forma de resgatar a história deste acontecimento no sentido de fazer valer o esforço e o envolvimento dos sujeitos atuantes no processo, contribuindo assim, para um registro histórico com produção de conhecimento nesse cenário. Segundo Mainardes (2011, p.158) a exploração do contexto histórico, “ajudam a iluminar os motivos que impulsionaram o surgimento da política em um momento específico”.

Com base nessas considerações, tenho como desafio, tecer argumentos interpretativos a partir do aporte teórico de Stephen Ball em torno do ciclo das políticas e Ernesto Laclau com sua teoria do discurso no âmbito filosófico da política. Investir nesse diálogo será fecundo para explorar conceitos que um ou outro deixou de aprofundar. Desse diálogo acrescento uma interlocução com a hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur, a título de entretecer posicionamentos teóricos sob ângulos diferentes com o intuito de promover uma escrita propositiva com traçado para o alcance de uma hermenêutica da realidade social interpretando-a de maneira conjuntiva/significativa/compreensiva com base nos discursos políticos produzidos no contexto de influência de produção de textos entre os sujeitos da pesquisa, com a intenção de por em evidência nesse estudo, a dimensão ontológica no tramado político empreendido no processo de reformulação curricular.

É pertinente destacar que os teóricos transitam por paradigmas diferentes e é nessa diferença que busco aproximá-los para dialogar com o objeto de pesquisa. Sobre Ricoeur, é conhecido como filósofo francês que se formou em contato com as



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

ideias do existencialismo, do personalismo e da fenomenologia e seu objetivo é formular uma teoria da *interpretação* do ser. Quanto a Ball, é pesquisador inglês da área de políticas educacionais que adota uma orientação pós-estruturalista para o entendimento do campo das políticas públicas produzidas pelos agentes sociais envolvidos nos diferentes contextos como espaços de contestação na ação humana e propõe superar a concepção de políticas em uma perspectiva de centralidade no Estado. Por fim, Ernesto Laclau, é filósofo argentino e há décadas radicado no Reino Unido, ingressou no círculo de debates pós-estruturalistas com projeto teórico que parte da noção de discurso a partir de um complexo arranjo de conceitos, tais como: prática articulatória, hegemonia, significantes vazios, citando os mais importantes.

Quando explicito meu interesse em criar um caminho interpretativo em busca de uma ontologia nos discursos políticos, reporto-me ao pensamento de Ricoeur (2008, p. 23) quando ele diz que: “a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação do texto e o texto é mais que uma comunicação inter-humana”. Ou seja, o texto é função positiva e produtora do distanciamento na comunicação que revela a própria historicidade da experiência humana. A linguagem ocupa o primeiro lugar de importância na hermenêutica de Ricoeur (*idem*) e mais precisamente a linguagem escrita. Nesse sentido o autor organiza cinco temas para a constituição dos critérios da textualidade, quais sejam: a efetuação da linguagem como discurso; a efetuação do discurso como obra estruturada; a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras de discurso; a obra de discurso como projeção de um mundo e por último, o discurso e a obra de discurso como mediação da compreensão de si.

Em contrapartida, Laclau acredita que o discurso não se reduz à linguagem por ele abarcar a vida humana no social, incluindo a materialidade das instituições, práticas e produções econômicas, políticas e linguísticas. Para ele o discurso só se estabelece como totalidade estruturada em decorrência de uma prática



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

articulatória e a identidade é modificada em função dessa articulação. Os elementos do discurso não são preexistentes, mas produzidos nas relações a partir das diferenças (LOPES, 2011)

No que tange ao pensamento de Stephen Ball (1994), extraio posições suscitadas pelo autor a partir de um modelo heurístico pensado por ele, com definições desenvolvidas para entender as políticas a partir de três contextos, podendo ser considerado segundo Mainardes (2011), como um método de pesquisa de políticas. Por intermédio de sua abordagem é possível fazer uma teorização relativa às reinterpretações desenvolvidas nas políticas educacionais com forte crítica a abordagens centradas no Estado, mais especificamente no contexto da influência onde a política pública normalmente inicia (LOPES, 2011).

Destaco que o debate acerca das políticas públicas tem crescente relevância quando dialogado com as ciências sociais e educação, principalmente quando referendado pela atuação dos sujeitos e grupos implicados na produção de políticas. Esse foco voltado para processos micropolíticos e para ações de profissionais que lidam com as políticas no nível local indica a necessidade de serem articulados aos processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2007).

Desse modo, a contribuição do trabalho de Stephen Ball para a análise das políticas é favorável para compreender a política como texto e como discurso. Para ele, o texto físico tem uma história representacional e interpretacional. “Tanto o texto e os seus leitores quanto o contexto de resposta têm história”. Os discursos dizem respeito a “o que pode ser dito e pensado, mas também a quem pode falar, quando, onde e com que autoridade” (apud BALL, 1994, MAINARDES, 2007, p. 39). Há um limite sobre o que é permitido pensar com efeito de distribuir “vozes”, sendo somente algumas vozes legitimadas e investidas de autoridade.

Situando um pouco mais suas ideias, após revisão das primeiras formulações conceituais sobre o ciclo de políticas, Ball com a colaboração de Bowe,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

apresenta a obra *“Reforming education and changin schools”*, publicada em 1992, propondo uma nova versão do ciclo de políticas como um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Posteriormente ele acrescenta o contexto de resultados ou efeitos e o contexto de estratégia. Para Ball esses contextos não são lineares, mas, inter-relacionados sem uma dimensão temporal ou sequencial.

O primeiro contexto é o da influência, onde as políticas públicas têm início e os discursos políticos são construídos. Aí acontecem as disputas entre os grupos de interesse para a definição das finalidades sociais da educação. As redes sociais são arroladas mediante os partidos políticos, do governo e do processo legislativo. Acontece nesse contexto a legitimidade dos discursos de base para a política.

O segundo contexto, o da produção de texto tem uma relação com o primeiro, ainda que não seja evidenciada essa relação. Enquanto o primeiro contexto se relaciona com os interesses ideológicos e dogmáticos, o segundo contexto da produção de textos políticos está vinculado com a linguagem de interesse público mais geral que toma forma nos textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos, etc. Os textos políticos são resultantes de disputas e acordos e poderão ser lidos em relação ao local e ao tempo específico de sua produção. De acordo com Ball, as políticas são intervenções textuais carregados de limitações materiais como também de possibilidades.

Quanto ao terceiro contexto, da prática, a política fica sujeita a interpretação e recriação produtora de efeitos e conseqüências para a ocorrência de mudanças e transformações significativas na política original. O ponto crucial para Ball está na compreensão de que a política não é apenas uma implementação na arena (contexto da prática), mas pode ser recriada a partir de outras interações.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Ao expandir o ciclo de políticas, Ball elege o quarto contexto - o contexto de resultados ou efeitos-inclinados as questões de justiça, igualdade e liberdade individual. As políticas provocam efeitos e não simplesmente apontam resultados e para tanto, as políticas precisam ser analisadas com base nos impactos e interações que acentuam as desigualdades.

Por fim, Ball apresenta o quinto e último contexto do ciclo de políticas, o de estratégia política que envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas necessárias para contragestar às desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. Nesse sentido, é pertinente ressaltar que a abordagem do ciclo das políticas corrobora para a análise de políticas, compreendida numa dimensão de entrelaçamento complexo, multifacetado e dialético que precisa ser articulado pelas perspectivas macro e micro (MAINARDES, 2007).

Na dinâmica das políticas, ressoam comumente, interesses e propósitos internos e externos que potencializam significações nos textos/discursos produzidos no entrelaçamento de vozes (contexto da produção de texto) daqueles envolvidos na trama discursiva geradoras de articulações, disputas, embates, negociações, silenciamentos, etc. Assim, as contribuições de Stephen Ball tem relevância para a pesquisa até certo ponto, por entender, concordando com Ball (1994), que as políticas são simultaneamente discursos e textos. Entendo discurso como prática social, não se dissociando a linguagem da ação e das próprias regras que a constituem. Nesse sentido, Mainardes (2011) ao discorrer sobre as ideias de Ball, esclarece que as políticas podem tornar-se “regimes de verdades”, ou seja, “na prática, os atores estão imersos numa variedade de discursos, mas alguns discursos serão mais dominantes que outros” (MAINARDES, idem, p. 157).

Por outro lado, Lopes (2011) faz crítica quanto à ausência na abordagem de Ball de uma teoria a título de explicar simultaneamente “por que Estados diferentes produzem discursos educacionais distintos e por que grupos políticos distintos mantêm os mesmos discursos políticos” (p.23). Percebendo ausência



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

dessa explicação, a autora considera necessário perceber os espaços potencializadores do discurso como uma estrutura descentrada e julga ser potente agregar para esse debate a teoria do discurso de Ernesto Laclau quanto a investigação dos discursos na produção de políticas curriculares.

O aporte teórico de Laclau contribuirá para o entendimento dos discursos políticos a partir dos conceitos de *hegemonia, articulação, significante vazio, ponto nodal, representante/representado*, para entender a prática articulatória do discurso político entre os sujeitos que se constituem no processo articulatório para lutar por demandas particulares. Esses conceitos serão fecundos na medida em que busco compreender as dinâmicas contingentes no processo discursivo arrolados no contexto de produção de textos entre os sujeitos representantes que assumem temporariamente o papel de dar voz as vontades dos sujeitos representados no processo de reforma do currículo.

Entretanto, há outro aspecto presente nessa trama política que me instiga a um aprofundamento investigativo. O discurso político também é carregado por outros sentidos ligados a uma dialética subjetiva-objetiva, cuja linguagem transcende a si mesma, e, nesse sentido, estou considerando compreender o discurso político como evento constituído pelo entrelaçamento de significações discursivas, para uma investigação existencial. Assim, a hermenêutica fenomenológica cunhada por Ricoeur contribuirá para esse estudo, na medida em que proponho interpretar o discurso político produzido pelos sujeitos enquanto acontecimento de suas experiências, ou seja, o sentido da experiência, a significação. Para Ricoeur (2011, p. 30): O evento não é apenas a experiência comunicada, mas também a própria troca intersubjetiva, o acontecer do diálogo. Segundo Bleicher (2002), Ricoeur adota a concepção de hermenêutica preocupando-se com o aspecto existencial da atividade intelectual, ao considerar a estrutura de um texto como “abertura” da existência possível. (grifo do autor).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

CONCLUSÕES

O estudo seguirá numa hermenêutica pelos meandros da arena que engendrou o tecido das discussões, proposições e definições da nova proposta curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, em Jequié, considero ser pertinente registrar as sinuosidades e significações arroladas no processo de gestação da nova proposta curricular, para romper com a mística ideia de currículo como um ato isolado, estático, linear, normativo e prescritivo. Romper com essa concepção de currículo, significa concebê-lo como ato propositivo que envolve uma dinâmica englobante de posições políticas, ideológicas, culturais e porque não dizer pessoais.

A pesquisa está em fase de construção, sujeito a ser aprimorado a partir de aproximações com novas leituras, dos diálogos com os pares, e assim, com leveza sem perder o eixo do propósito, conduzir para novas aprendizagens com o intuito de fazer um percurso firme e cuidadoso. O conhecimento não é algo dado. É preciso nos autorizar criar novas aberturas, transpor o já assimilado para criarmos novos esquemas, e isso não acontece sem que nos coloquemos abertos para experimentar esse movimento tensivo do conflito cognitivo.

REFERÊNCIAS

- ARDOINO, Jacques. A multirreferencialidade (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, J. **Multireferencialidade nas ciências e na da educação**. São Carlos: EdUFCAR, 1998. p. 24-41
- ARDOINO, Jacques. Pensar a multirreferencialidade. In: MACEDO, Roberto Sidnei; BARBOSA, Joaquim Gonçalves; BORBA, Sérgio, (orgs). **Jacques Ardoino e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 87-99.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- APPLE Michael W. Repensando Ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BLEICHER, Josef. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa/Portugal: Edições 70: 2002.
- BALL, Stephen. **Education Reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University, 1994.
- BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005
- BERTICELLI, Ireno Antônio. **Educação em perspectivas epistêmicas pós-modernas**. Chapecó, SC: Argos, 2010.
- CORAZZA, Sandra. Os sentidos do currículo. **Revista Teias**. v. 11 • n. 22 • p. 149-164 • maio/agosto 2010.
- FRÓES BURNHAM, Teresinha. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, Joaquim. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos : Editora da UFSCar, 1998. p. 36 – 55.
- GOODSON, IVO F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LOPES, LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de Integração Curricular**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2008.
- LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo: questões teórico-metodológicas. In: LOPES, Alice Casimiro; DIAS, Rosanne Evangelista; ABREU, Rozana Gomes (orgs). **Discursos nas políticas de currículo**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.
- MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MAINARDES, Jefferson; BALL, Stephen J. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- RICOUER, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Portugal: edições 70, 2011.
- SÁ, M.R.G. **Hermenêutica de um currículo: o curso de pedagogia da Faced/UFBA**. [Tese de doutorado]. Salvador: PPGE/FACED-UFBA, 2004, 246 p.